



ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

Local: Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Data: 20/08/07	Horário: 10:30-15:00
---	-----------------------	-----------------------------

Participantes Fórum	Instituição/Estado
1. Aldo de Freitas Pinheiro	SEINFRA-BA
2. Benjamin Valle	Secretaria Executiva Fórum
3. Daniel de Moraes Andrade	SEINFRA-RS (Secretário de Estado)
4. Dilma Pena	SSE-SP (Secretária de Estado)
5. Evandro Leite de Vasconcelos	CEMIG-MG
6. Filinto Gomes de Abreu	SEOP-MS
7. Francisco de Assis Soares	SEDE-MG
8. Jean C. Negri	SSE-SP
9. José Carlos de Martins	GASMIG-MG
10. José Jorge Vasconcelos Limas	CEB-DF
11. Julio Bueno	SEDEIS-RJ (Presidente do Fórum e Secretário de Estado)
12. Manoel Antonio Rodrigues	SICME-MT (Secretário de Estado)
13. Maria Paula Martins	ASPE-ES
14. Renata Cavalcanti	SEDEIS-RJ
15. Renato Rolim	SEINFRA-CE
16. Ricardo Ferro Alves da Silva	SEME-MA (Secretário de Estado)
17. Roberto Moussallem	SSE-SP
18. Robson Luiz Rossetin	Gov. Estado do Paraná
19. Sergio da Luz Moreira	GASMIG-MG
20. Silvano Ragno	SEINFRA-BA

Participantes Convidados	Instituição
21. Armando Laudorio	ABEGÁS – Presidente
22. Francisco Barros	ABEGÁS – Secretário Executivo
23. João Paulo Dutra Andrade	Assoc. Bras. Agências Reguladoras – Diretor
24. Maurício T. Tolmasquim	Empresa de Pesquisa Energética - Presidente

Pauta da Reunião

1. Apresentação da Secretária Dilma Pena sobre a última reunião do CNPE;
2. Apresentação do Presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Maurício Tolmasquim, sobre o PNE 2030.
3. Apresentação do Presidente da ABEGÁS, Armando Laudorio, sobre o Substitutivo do Relator ao Projeto de Lei nº 6.673/06.

Reunião

→ O **Presidente do Fórum** fez a abertura da reunião e solicitou que os participantes se apresentassem. Em seguida, o Presidente fez as seguintes considerações:



- A questão do gás no Brasil apresenta um problema conjuntural de oferta e demanda. Há a possibilidade de um aumento na demanda de energia elétrica não poder ser atendido pelas termelétricas, uma vez que estas não teriam gás suficiente para despachar, a não ser pelo corte do fornecimento ao segmento industrial;
- O PL traz implícito o *by pass* na distribuição do gás. Isso gera um conflito de interesses entre a Petrobras e os governos estaduais;
- Questões fundamentais do PL que merecem uma avaliação mais aprofundada e um posicionamento consistente do Fórum:
 1. Conceito de Consumo Próprio: deve ficar claro que consumo próprio só pode ser aplicado para o produtor maximizar/otimizar a produção de gás natural, e não utilizar o gás para qualquer outra atividade industrial, como por exemplo as FAFENS;
 2. Conceito de Gasoduto de Transporte: conforme o PL, o gasoduto de transporte pode ir até o Usuário Final. Isso fere a autonomia constitucional dos estados para legislar sobre a distribuição do gás;
 3. Autorização/Concessão para as atividades de exploração do transporte de GN: O PL, ao permitir que a atividade de transporte possa ser efetuada por meio de autorização do MME, torna possível a perpetuação do monopólio nesse segmento estratégico da cadeia produtiva do GN;
 4. Preço do Gás: o PL não prevê os critérios a serem utilizados para fixar o preço do GN. O que se pretende não é o controle de preços, mas a clareza quanto aos parâmetros que nortearão a fixação de preço. A determinação de preço não pode ser uma decisão de caráter exclusivo do produtor dominante no mercado, que poderá tomá-la sem a transparência necessária.
- O Presidente destacou ainda que o Fórum deve apoiar e acompanhar os preparativos e o andamento da 9ª Rodada de Licitações da ANP, visto que a mesma terá forte viés na exploração de GN.

→ A **Representante do ES** ressaltou que cabe ao Fórum, via representação que mantém no CNPE, pressionar para seja aprovada a Resolução CNPE de 2001 que prevê critérios de fixação de preço do GN. Solicitou à representante do Fórum no CNPE que inclua esse tema na próxima reunião do referido Conselho.

→ A **Representante de SP** solicitou ao Presidente que formalizasse o pedido da Representante do ES, e esclareceu que não há calendário para as reuniões do CNPE.

→ O **Representante de MG** destacou que além dos pontos abordados pelo Presidente, no Projeto de Lei o item “Importação” também contempla o mesmo problema do consumo próprio. A contingência é outro aspecto em que o Fórum deveria se manifestar, pois é fundamental que os estados sejam ouvidos e tenham participação.

→ O **Presidente do Fórum** propôs que seja feito um encaminhamento político acerca do posicionamento do Fórum sobre o PL. Para tanto, sugeriu que seja elaborada uma carta do Fórum a ser apresentada ao ministro do MME e no Congresso Nacional (Câmara e Senado).

→ O **Representante do DF** sugeriu que sejam analisadas as emendas do PL que contemplam as reivindicações do Fórum e, com base nessa análise, pautar a carta a ser elaborada, elegendo as emendas de interesse específico dos estados.



→ O **Presidente do Fórum** entende que o encaminhamento das propostas do Fórum quanto ao PL terá maior possibilidade de ser bem sucedido no Senado do que Câmara dos Deputados. Entretanto, isso não impede que o Fórum também faça “carga” de suas reivindicações na Câmara dos Deputados.

→ O **Representante de MG** propôs que o Fórum leve para a imprensa, por intermédio de articulistas de renome nacional, seu posicionamento quanto ao PL, enfatizando sobretudo os aspectos constitucionais conflitantes no referido PL. Sugeriu também que o Fórum faça um esforço para postergar a votação do PL na Câmara dos Deputados, prevista para 23/08/07.

→ O **Representante do MA** destacou que as empresas de gás do nordeste têm como sócia a Petrobras. Ponderou se não seria interessante que os estados se reúnam com a Petrobras para, em conjunto, harmonizarem seus respectivos interesses em torno das questões do gás.

→ A **Representante de SP** apresentou o resultado das últimas reuniões do CNPE, ocorridas em 25/06/07 e 01/08/07. Em seguida, teceu os seguintes comentários:

- É importante que o Fórum acompanhe os desdobramentos das decisões da reunião do CNPE de 01/08/07;
- O Fórum deve fazer um contraponto com o Governo Federal e a Petrobras na crise de energia;
- O Fórum deve atentar para o descumprimento da Petrobras ao TAC feito com a ANEEL durante os dois primeiros meses de vigência do TAC;
- Afirmou que o Fórum deve avaliar como os estados e a União devem se relacionar com a Petrobras na questão do gás.

→ O **Presidente do Fórum** destacou que é importante discutir o tema dos licenciamentos ambientais associados aos projetos de energia. Propôs que os estados se posicionem sobre o tema. A Representante de SP sugeriu convidar especialistas em meio ambiente para enriquecerem essa discussão.

→ O **Representante de MG** destacou que Minas já está fazendo licenças ambientais prévias, apesar do fato das ONGs não estarem se mostrando muito satisfeitas com esta iniciativa. Lembrou ainda que, de modo geral, existe uma pré-disposição para se tratar o encaminhamento das questões ambientais com lentidão.

→ Ficou combinado tentar trazer o Secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais para falar sobre esse tema na próxima reunião do Fórum.

→ O **Representante do RS** mencionou que o Fórum deve ter como estratégia intensificar o debate sobre o planejamento de longo prazo do setor energético. Isso porque, as previsões utilizadas atualmente são confusas. Por exemplo, há diferentes prognósticos para o crescimento do PIB: para uns, esse crescimento é da ordem de 4,1%, enquanto que para outros esse número é de 4,9% e, no caso do PAC, de 5%. Informações conflitantes como estas dificultam a realização de um planejamento consistente e mais realista.



APRESENTAÇÃO EPE

→ O **Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE** apresentou o PNE-2030 destacando que:

- Há 95% de certeza de que a oferta de energia atenderá à demanda até 2010;
- Para 2011 é necessário adicionar mais 1.400 MW;
- Segundo o NOS, o risco de déficit energético para 2011 é de 5,9%, sem considerar os 1.400 MW;
- É fundamental que o TAC seja cumprido;
- É preciso pressão dos governos estaduais junto ao CONAMA para apressar a concessão de licenças ambientais.

→ A **Representante de SP** comentou que os estados estão enfraquecidos nos Conselhos do Governo Federal. Por exemplo, no Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH e no Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

APRESENTAÇÃO ABEGÁS

O **Presidente da ABEGÁS** apresentou o posicionamento desta instituição com relação ao Substitutivo do Relator ao PL 6.673/06.

→ O **Representante do CE** comentou que instituições governamentais, tais como a EPE, estimulam os estados a produzirem seus balanços energéticos mas que, em contrapartida, não dão suporte financeiro e metodológico para que tal aconteça.

→ A **Representante de SP** propôs que sejam repassados recursos do Governo Federal aos estados, de modo que estes tenham condições de elaborar seus respectivos balanços energéticos.

→ O **Presidente do Fórum** reforçou essa proposta e sugeriu a necessidade do Fórum se articular internamente com o objetivo de captar recursos financeiros junto aos fundos setoriais do setor energético, FINEP etc.

→ A **Representante de SP** ficou de repassar para o Rio de Janeiro o Termo de Referência do Balanço Energético do Estado de São Paulo.

Ações Propostas

1. Propor o adiamento da votação do PL na Câmara dos Deputados, prevista para 22/08/07. Esta ação deverá ser articulada pelos Secretários que participam do Fórum junto ao presidente da Comissão, deputado Max Rosenmann.
2. Agendar reunião com o ministro do MME e representantes do Congresso Nacional para apresentar carta contendo o posicionamento do Fórum com relação às questões relevantes do PL;
3. Enviar transparências da apresentação do presidente da EPE sobre o PNE-2030 para que as mesmas sejam comentadas pelos Representantes do Fórum;



4. Regionalizar, através dos Conselhos Regionais do Fórum, a discussão do PNE-2030;
5. Elaborar documento contendo as contribuições do Fórum para o PNE-2030;
6. O Fórum deve pressionar para que sejam realizadas as reuniões do Conselho da EPE;
7. O Fórum deve se organizar para captar recursos para financiar a elaboração dos balanços energéticos estaduais, bem como para a realização dos planejamentos energéticos estaduais;
8. Realizar a próxima reunião do Fórum em Brasília, no dia 22 de novembro de 2007.